

Procurador da Funai quer inquérito divulgado para provar que não é corrupto

JB 8.11.78
Brasília — O procurador da Funai, Getúlio de Barros Bairreto, vai pedir ao Ministro do Interior para apressar a divulgação das conclusões do inquérito que apura corrupção de funcionários do órgão na demarcação da reserva indígena de Pimentel Barbosa, em Mato Grosso. Ele foi acusado pelo cacique Juruna, em entrevista no *Jornal de Brasília*, de receber propinas para alterar esses limites.

O inquérito, já em poder do Ministro do Interior, tem 12 volumes e trata da alteração dos limites Oeste (rodovia Xavantina-Cachimbo) e Norte (Fazenda Santa Vitória) da reserva. Segundo as denúncias de Juruna, o procurador Barros Barreto estaria indiciado no processo, por ter recebido suborno no valor de 30% das terras de Arne Suksdorff, localizadas no Parque Xingu, para conseguir a sua liberação.

TRAÇADO ERRADO

Criada em setembro de 1972 durante a gestão do Ministro Cavalcanti, a reserva de Pimentel Barbosa provocou imediatos protestos de proprietários na região. Isto porque a portaria de criação previa, como limite oeste da reserva, a rodovia Xavantina-Cachimbo, com base no traçado previsto no mapa cadastral de Barra do Garças (MT). Quando construída, entretanto, a estrada ficou afastada cerca de 20 a 25 km do traçado previsto, o que acarretou um erro na descrição dos limites da reserva. Com a nova localização do limite oeste da reserva (a estrada), foram incluídas em área indígena propriedades privadas e uma vila, localizadas na faixa entre o traçado inicial e o efetivo da rodovia.

Além disso, o proprietário da Fazenda Santa Vitória, ao Norte de Pimentel Barbosa, que teve parte de suas terras atingidas pela reserva, entrou com um interdito proibitório contra a Funai, dificultando os trabalhos de demarcação da área. Em vista dos reclamos, o então Ministro Costa Cavalcanti instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de reexaminar a matéria.

No documento final do grupo de trabalho, com base em relatório da antropóloga Delvaire Mellatti, do Departamento de Projetos Comunitários da Funai, optou-se pelo abandono da rodovia Xavantina-Cachimbo como limite Oeste, em troca do acompanhamento do limite natural constituído pelo divisor de águas Xingu-Araguaia.

Quanto ao limite Norte — a Fazenda Santa Vitória — o grupo de trabalho decidiu-se pelo contorno da propriedade. Tal opção foi justificada pelo fato de que a área a ser perdida pelos índios representava menos de 1% da reserva de Pimentel Barbosa, e seria compensada pelos proprietários da fazenda com construção de estrada, empréstimo de máquinas agrícolas e transporte aéreo de índios doentes. Com isso, os proprietários da Santa Vitória sus-

penderiam a ação de interdito proibitório contra a Funai, permitindo a finalização da demarcação da reserva.

Foi nesta época que o então funcionário da Funai, Sr. Waldênio Lopes, hoje afastado do órgão, colocando-se como representante de proprietários que teriam cerca de 30% de suas terras ainda atingidas pelo limite Oeste da reserva fixado pelo grupo de trabalho, fez uma proposta à Funai. Sugeriu que o limite previsto para o divisor de águas Xingu-Araguaia fosse alterado para uma linha seca, que deixasse de fora as propriedades, pelo que seus donos doariam 100 cabeças de gado, uma camioneta Ford e outros bens aos índios.

O procurador Getúlio Barreto encaminhou a proposta ao presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que declarou nada ter a opor, desde que os índios aceitassem tal acerto. Designado pelo presidente da Funai, o Sr. Getúlio Barreto encarregou-se da consulta dos índios, em julho de 74, com a participação de vários índios, entre os quais os líderes Apoena, Surupredu e Parodi, que optaram pelo limite que excluía as propriedades, em troca da compensação oferecida. Na ocasião, os índios chegaram a firmar os mapas dos novos limites, com assinaturas ou impressões digitais.

No ofício e na exposição de motivos encaminhadas pela Funai ao Ministro Rangel Reis, também peças de instrução do atual inquérito, destaca-se a concordância dos índios com os novos limites, volta-se a frisar que os custos demarcatórios do limite Xingu-Araguaia dificultavam o trabalho de demarcação da reserva, bem como o fato de a Fazenda Santa Vitória estar *sub-judice*.

Se os limites iniciais da reserva tivessem sido mantidos, incluindo a Fazenda Santa Vitória e estendendo o limite oeste até o traçado efetivo da rodovia Xavantina-Cachimbo, Pimentel Barbosa teria 315 mil 189 ha. As alterações trouxeram uma redução de 31% que hoje é de 215 mil 689 ha para 264 índios xavantes.